AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
ISSN - 1413-8638 E-ISSN - 2238-5533



Artigos **Vol. 24, n. 2, 2019.**

Artigo recebido: 01/08/19
Artigo aprovado em: 28/11/19

VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DE RECOLHIMENTO DE DADOS PARA UMA APROXIMAÇÃO DESDE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL AO MOVIMENTO SOCIAL AGROECOLÓGICO NA GALIZA E SUA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA

VALIDATION OF DATA COLLECTION INSTRUMENTS FOR APPROACHING FROM ENVIRONMENTAL EDUCATION TO AGROECOLOGICAL SOCIAL MOVEMENT IN GALICIA AND ITS SOCIO-EDUCATIONAL DIMENSION

Kylyan M. Bisquert i Pérez[1]
Pablo Á. Meira Cartea[2]

RESUMO

O sistema agroalimentar hegemônico contribui significativamente com a atual crise socioambiental. Assim como as origens da Educação Ambiental estão intimamente ligadas ao ecologismo, é novamente necessário buscar referências de análise sócio-crítica e ação socioeducativa em movimentos sociais emergentes. A agroecologia disponibiliza alternativas integrais e transformadoras para a (re)construção de sistemas agroalimentares social e ambientalmente sustentáveis. Neste artigo apresentam-se as linhas metodológicas duma pesquisa sobre a dimensão socioeducativa do movimento social agroecológico na Galiza, com especial atenção ao processo de validação de conteúdo ao que foi submetido o instrumento de recolhimento de dados aplicado às iniciativas coletivas sujeito de estudo.

Palavras chave: Agroecologia, Movimento Social Agroecológico, Educação Ambiental Sócio-crítica, Validação.

[1] Pesquisador Doutorando na Universidade de Santiago de Compostela (Galiza) e membro do grupo de pesquisa em Pedagogia Social e Educação Ambiental SEPA-interea [https://sepa.gal].
[2] Doutor e professor titular de Educação Ambiental na Universidade de Santiago de Compostela (Galiza) e membro do grupo de pesquisa em Pedagogia Social e Educação Ambiental SEPA-interea.
Nota: agradecimento especial ao Dr. Mauro Guimarães (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) pelas revisões em língua portuguesa.

ABSTRACT
The hegemonic agri-food system contributes significantly to the current socio-environmental crisis. Just as the origins of Environmental Education are closely linked to ecologism, it is again necessary to look for references of socio-critical analysis and socio-educational action in emerging social movements. Agroecology provides integral and transformative alternatives for the (re)construction of socially and environmentally sustainable agri-food systems. This article presents the methodological approach of a research on the socio-educational dimension of the agroecological social movement in Galicia, with special attention to the content validation process to which the data collection instrument applied to the collective initiatives under study was submitted.

Keywords: Agroecology, Agroecological Social Movement, Socio-critical Environmental Education, Validation.

A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA AOS DESAJUSTES DO SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO

No atual cenário de crise *ecosocial* (Prats, Herrero e Tórrego, 2017), o sistema agroalimentar global está a jogar um papel decisivo nos processos de degradação ambiental e social. Desde meados do século XX, através da chamada Revolução Verde (progressivo processo de industrialização e mercantilização da agricultura e a pecuária) e da globalização dos mercados agroalimentares, foi-se consolidando a hegemonia[3] dum modelo agroindustrial globalizado baseado nas monoculturas e as explorações intensivas, o agronegócio concentrado em um número cada vez menor de corporações transnacionais e uma dependência profunda dos *inputs* da indústria petroquímica e as energias fósseis, em detrimento dos modelos agrários ou camponeses tradicionais (Fernández-Durán e González-Reyes, 2014).

Para citar apenas algum dos múltiplos e graves desajustes socioambientais que este modelo está a provocar de jeito desigual em todo o planeta, é preciso salientar o facto de que o sistema agroalimentar global se situa atualmente na origem de aproximadamente um 25% das emissões antropogênicas de gases de efeito estufa, segundo o quinto informe do Painel

[3] Entenda-se hegemônico em termos de poder e influência (nos mercados, nas políticas, na construção da dieta, nas relações entre os distintos elos da cadeia agroalimentar), assim como na geração de impactos e dinâmicas globais.

Intergovernamental das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (IPCC, 2014). Isso contribui significativamente com as alarmantes transformações dos padrões climáticos globais e convertendo-se assim numa das principais ameaças para a própria viabilidade da agricultura e a segurança alimentar em amplas regiões do planeta (FAO, 2016). São também salientáveis os impactos ambientais que este modelo causa em termos de perda de biodiversidade (seja doméstica, pela progressiva homogeneização das explorações e da dieta, ou silvestre, pela ampliação da fronteira agraria), alteração da composição e erosão de solos, esgotamento de aquíferos ou a contaminação de terras e águas pelo uso abusivo de agrotóxicos, bem como pela a substituição de agroecossistemas complexos por grandes extensões de monoculturas, muito mais vulneráveis a pragas e inclemências meteorológicas e desprovidos de serviços ecossistêmicos básicos próprios, como são os ciclos naturais de nutrientes. Dessa forma, também há que considerar os dramáticos impactos socioeconômicos sobre populações camponesas e de áreas rurais em geral, especialmente nos chamados países periféricos ou do sul global. Por causa das práticas do *agrobusiness* são invocados o endividamento extremo, os conflitos gerados pelo desabastecimento e a flutuação dos preços dos alimentos, o deslocamento do êxodo rural para subúrbios e a migração, e que muitas das vezes estão na origem de vagas de suicídios de agricultores em distintos países, como México ou a Índia (Patel, 2008). Da mesma forma, com graves impactos na saúde relacionadas com a desnutrição e a má nutrição que sofrem arredor de 800 milhões de seres humanos num contexto de excedente global de alimentos (FAO, 2016), que contrasta com os mais de 1 bilhão de pessoas que são presa da obesidade e o sobrepeso no mundo (Patel, 2008).

Neste senso, no recentemente publicado informe *Our Future in the Land* (RSA, 2019) alerta-se que o verdadeiro preço que se está a pagar pela ampla disponibilidade de comida barata fornecido por este modelo agroalimentar (entenda-se nos países enriquecidos) é precisamente a degradação climática e ambiental, assim como a crise de saúde pública e bem-estar causada pelo incremento de doenças vinculadas á dieta. Ante isto, alerta-se que urge impulsar ações concretas para deter o colapso dos ecossistemas, assim como para recuperar e regenerar a natureza, mas também para restaurar a saúde e o bem-estar das pessoas, para o qual propõem-se quinze recomendações, entre

outras: medidas de nivelamento para promover um sistema agroalimentar justo e o desenho dum plano de transição para uma agricultura agroecológica e sustentável para 2030, que respalde as inovações dos agricultores, acesso a assessoramento, promovendo redes de apoio entre eles, impulsionando a cooperação com organizações de produtores e estabelecendo estratégias de financiamento público para o desenvolvimento agroecológico com o fim de acelerar uma transição justa e sustentável.

Estas recomendações apontam claramente cara a necessidade e urgência duma transição social agroecológica, em que a Educação Ambiental (EA) pode e deverá desempenhar uma função chave. Mas antes de mais nada será necessário esclarecer previamente o que entendemos por *agroecologia* e *transição social agroecológica*.

Segundo a FAO, a agroecologia é:

> "um enfoque integrado que aplica simultaneamente conceitos e princípios ecológicos e sociais ao desenho e a gestão dos sistemas alimentares e agrícolas. Seu objetivo é otimizar as interações entre as plantas, os animais, os seres humanos e o meio ambiente, tendo em conta, ao mesmo tempo, os aspectos sociais que devem abordar-se para lograr um sistema alimentar justo e sustentável[4]" (FAO, 2018: 1).

A esta definição que aponta a uma perspectiva integral, deve-se acrescentar que "a agroecologia é, simultaneamente, um enfoque científico para a análise e avaliação dos agroecossistemas e sistemas alimentares e uma proposta para a praxe técnico-produtiva e sociopolítica em torno ao manejo ecológico dos recursos naturais[5]" (Sevilla e Soler, 2009: 35). Os próprios autores explicam este carácter multidimensional do seguinte jeito:

> "Como prática, a agroecologia propõe o desenho e manejo sustentável dos agroecossistemas com critérios ecológicos […] através de formas de ação social coletiva e propostas de desenvolvimento participativo que impulsionam formas de produção e comercialização de alimentos e demais produtos agropecuários que contribuem a dar resposta à atual crise ecológica e social nas zonas rurais e urbanas […] Como enfoque teórico e metodológico, a agroecologia constitui uma estratégia pluridisciplinar e pluriepistemológica para a análise e desenho de formas de manejo participativo dos recursos naturais aplicando conceitos e princípios ecológicos, vinculadas a propostas alternativas de desenvolvimento local"[6] (SEVILLA E SOLER, 2009: 35)

[4] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.
[5] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.
[6] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

À conceituação da agroecologia como conjunto de práticas e manejos agrários, por uma banda, e como campo científico transdisciplinar pela outra, adicionasse de maneira abrangente uma terceira conceituação sociopolítica: igual ao caso da EA (Caride e Meira, 2001), se entende a agroecologia como um movimento social e político. Pode considera-se, de fato, como um dos principais *movimentos agroalimentares alternativos* que emergiram em escala internacional nas últimas décadas (Holt-Gimenez, Patel e Shattuck, 2009; Constance, Renard e Rivera-Ferre, 2014). Identifica-se assim, mesmo como parte dos chamados *novos movimentos globais*, expressões das correntes contra-hegemônicas da antiglobalização e a ecologia política (Calle, Soler, Vara e Gallar, 2012); ou mesmo com os que Caride e Meira (2019) aglutinam sob a denominação de *movimentos pós-ecologistas* ou do *pós-ecologismo do colapso*, junto com o decrescimento, a permacultura ou as comunidades em transição, entre outros.

Neste sentido, esta tripla identidade, expressa-se também nas três dimensões complementares que descrevem Cuéllar e Sevilla (2013):

a) *técnico-produtiva*: especificamente vinculada à produção agraria e o seu grau de adaptação aos princípios ecológicos;
b) *socioeconômica*: centrada nos aspectos sociais e econômicos dos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, assim como as diferentes formas de relação entre os distintos agentes que compõem os sistemas agroalimentares;
c) *político-cultural*: referida ao respeito pelas características culturais de cada território na configuração do sistema agroalimentar e da dieta, mas também ao nível de democracia e autonomia presente nestes processos e entre os diferentes sectores implicados.

Em qualquer caso, tanto a conceição sociopolítica como a dimensão político-cultural remitem ao enfoque da agroecologia política, é dizer, “a análise e a atuação sobre as condições sociais, as redes e os conflitos que resultam do apoio cara um cambio social agroecológico”[7] (Calle, Gallar e Candón, 2013: 250), ou como indicam estes mesmos autores, “uma problematização politica dos conflitos sociais e ambientais associados ao manejo de recursos naturais e

[7] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.

a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis" [8] (Calle, Gallar e Candón, 2013: 250). Neste sentido, a agroecologia política "incide, no seu olhar e na sua práxis, sobre os processos de cooperação social que constroem estilos alimentares (pautas e redes de produção, distribuição e consumo) equitativos e sustentáveis: a democratização alimentaria em definitiva"[9] (Calle, Gallar e Candón, 2013: 251). Desta perspectiva, segundo estes autores, são as tradições dissidentes do modelo hegemónico, como as camponesas, e as inovações sociais agroecológicas as que podem orientar uma proposta global de *transição social agroecológica*, que inclui dimensões pessoais -câmbios de consciência-, microsociais -cooperação social, apoio mutuo-, eco-estruturais -circuitos curtos de produção e consumo, mais também de sementes, materiais, tecnologias, relações, etc.- e meso/macrossociais -movimentos sociais com autonomia e capacidade de incidência nas políticas públicas-. Trata-se, em definitivo, de "abordar a questão de como criar, em todas as dimensões de análise do sistema agroalimentar, uma cultura da sustentabilidade [...] que promova processos de cooperação social de baixo cara cima"[10] (Calle, Vara e Cuéllar, 2013: 82-83), para o que resultará especialmente interessante estudar o que nossos autores denominam *inovações sociais*. Isso é dizer, "recreações de novas formas de fazer, pensar e sentir, criticamente, o sistema agroalimentar no seu conjunto"[11] (Calle, Vara e Cuéllar, 2013: 85).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O MOVIMENTO SOCIAL AGROECOLÓGICO, UMA RELAÇÃO URGENTE E NECESSÁRIA PARA MUDAR OS SISTEMAS AGROALIMENTARES

Ante esta perspectiva, especialmente desde sua vertente *sociocrítica* (Caride e Meira, 2001; Guimarães, 2013), a EA encontra no movimento social agroecológico um espaço prioritário de cooperação na pesquisa e a ação socioeducativa para avançar na transição social agroecológica e na construção coletiva de sistemas agroalimentares socialmente justos e ambientalmente

[8] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.
[9] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.
[10] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.
[11] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.

sustentáveis. Acreditamos que é preciso "pôr em valor o encontro necessário entre os movimentos sociais e a EA, chegando a considerar que ela mesma pode ser interpretada como um movimento social"[12] (Caride e Meira, 2019: 167), com o propósito de (re)construir sinergias e potencialidades mutuas num momento em que "os novíssimos movimentos sociais herdeiros do ecologismo do século passado apenas reconhecem e utilizam o marco teórico e as ferramentas metodológicas da EA, ainda que suas formas de ação político-social deem lugar a experiências de inovação social com uma dimensão educativa indubitável"[13] (Caride e Meira: 2019: 167-168).

Para isto, resulta especialmente relevante conhecer como estes movimentos sociais "se organizam, se constroem, se narram doutros modos aos do poder e [...] geram dinâmicas de ação coletiva transgressiva" [14] (Herreros, 2008: 97), promovendo dinâmicas complexas para a construção de modelos de relação socioambiental alternativos e contra-hegemônicos. A EA pode acompanhar e contribuir para desenhar conjuntamente ferramentas socioeducativas apropriadas para escalar estas inovações sociais a sectores mais amplos da sociedade. Concordamos com Orellana, Sauvé, Marleau e Labraña (2008) em que o jeito mais honesto de fazê-lo será desde uma pesquisa participativa, crítica, comprometida e responsável, baseada no diálogo de saberes para a produção conjunta de conhecimento, que valorize e reconheça as contribuições dos coletivos participantes na pesquisa, suas visões, perspectivas, perguntas e interesses, com um fim sempre transformador e construtivo.

Assim, concordamos com Portugal et al. (2017) em que para construir essa necessária cooperação e retroalimentação entre EA e agroecologia é preciso estabelecer pontes de diálogo e ação baseadas na comunidade (e o território) como espaço de ação e transformação; a emancipação das pessoas e a valorização dos saberes; os diagnósticos socioambientais participativos; o fortalecimento das redes relacionais no território; a transdisciplinariedade; a participação na construção, posta em prática e o controle das politicas públicas; a promoção da sócio-agro-biodiversidade para construir modos alternativos e justos de vida; a aprendizagem continua nos processos,

[12] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.
[13] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.
[14] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.

experiências e conflitos através da cooperação e o diálogo; a democratização da informação; e o protagonismo dos sujeitos na comunicação e problematização da realidade desde a pluralidade de perspectivas, necessidades e aspirações.

Trata-se em definitiva de visibilizar, acompanhar e contribuir a estender a outros sectores sociais a prática da ecocidadania (Sauvé, 2014) que exercem as pessoas e coletivos que compõem o movimento agroecológico, desenvolvendo junto com estas inciativas a dimensão crítica e política da EA. E para isso, transmitir competências e alentar à outras pessoas a serem também agentes ativos, promovendo aprendizagens coletivas e na ação e a mobilização de saberes, partindo dum compromisso comum, construindo pensamento crítico e assumindo posturas éticas na prática da EA.

Neste sentido, é preciso indicar que, se bem que distintos estudos prévios apontam a existência de iniciativas coletivas que no seu conjunto podem estar a configurar um movimento agroecológico na Galiza, como são, entre outros, os de Simón, Copena e Rodríguez (2010), se pode afirmar que não se dispõe atualmente duma base documental sólida sobre o perfil e a composição que dito movimento foi adquirindo no contexto territorial galego. Pois, tal como assinala Ríos (2014), não existem dados suficientes e confiáveis que podem proporcionar um conhecimento profundo sobre o mesmo. Porém, si há valiosas aproximações parciais, como o registro de vinte experiências e iniciativas de referência no sector da produção presentes na Galiza, que apresentam Fernández-Prieto e Quiroga (2018) sobre a categoria de *experiências produtivas inovadoras*, as quais integram em grande medida os princípios agroecológicos. Outro estudo recente que inclui algumas iniciativas presentes na Galiza é o de Vicente-Almazán, Herrera e Escobar (2019) sobre iniciativas locais na Espanha, que identificam como geradoras de *sistemas alimentares territorializados*[15].

[15] Os autores deste estudo remitem a Rastoin (2016) para definir os sistemas agroalimentares territorializados (SAT) como “um conjunto de ramas agroalimentares conformes a critérios de desenvolvimento sustentável, localizadas num espaço geográfico de dimensão regional e coordenadas para una governança territorial” (p. 13) (tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol), que pivotam em torno a uma *triple proximidade*: entre os produtos agrícolas e a ecosfera, entre agricultura e industrias alimentarias e entre a demanda de alimentos e uma produção local abundante e variada, pelo que se pode considerar que compartem grande parte das suas características definitórias com as inciativas agroecológicas.

Contudo, como se apontou, não existe até o momento nenhum estudo prévio que indague explicitamente sobre a existência dum movimento social agroecológico na Galiza, e menos ainda que explore as possíveis contribuições ou carências deste em relação à prática da EA. Apesar de que a Galiza, de acordo com a análise de Carreira e Carral (2014), além das resistências e barreiras que sejam necessário ultrapassar, constitui sem dúvida um contexto territorial e sociocultural com um grande potencial para iniciar uma transição social agroecológica. Ou como expressam os mesmos autores, "para nos inserirmos a tempo nos novos paradigmas da agricultura mundial mas com um modelo próprio, a partir da nossa realidade atual" (Carreira e Carral, 2014: 220). Para isto, esta transição precisa se basear na experiência e escalabilidade ao conjunto da sociedade galega das inovações sociais que existem na atualidade dispersas pelo território e nas redes que estas tratam de tecer entre elas. Processo no que a EA não pode permanecer alheia, senão que deverá dispor a sua práxis em simbiose com as análises, discursos e práticas agroecológicas que estas iniciativas desenvolvem, para promover "um processo que contribua para a conformação dum sistema social, econômico e ambiental vivo e mais justo" (Carreira e Carral, 2014: 221).

UM DESENHO METODOLÓGICO MISTO PARA A EXPLORAÇÃO DUM UNIVERSO COMPLEXO E HETEROGÉNEO

No marco do projeto de pesquisa duma tese de doutoramento que se está a desenvolver sobre o movimento social agroecológico na Galiza e sua dimensão socioeducativa na Universidade de Santiago de Compostela, apresenta-se um desenho metodológico misto como estratégia de aproximação exploratória a um sujeito de estudo, o movimento social agroecológico, e um universo, o conjunto de iniciativas coletivas que o compõem, que presentam características particulares que justificam dito enfoque:

- A falta de estudos prévios que analisem dito movimento na Galiza dum jeito exaustivo, especialmente desde uma perspectiva socioeducativa, em geral, e da EA, em particular.
- A complexidade inerente à realidade dos movimentos sociais como sujeito de estudo, por causa do seu carácter coletivo e plural, seu

dinamismo, sua natureza conflitiva com o marco institucional e os modelos hegemônicos (econômico, social, político, cultural, agroalimentar...), e seu carácter transformador e socialmente inovador.

- A heterogeneidade interna do movimento social agroecológico, composto por uma ampla diversidade de inciativas coletivas, além de projetos individuais, familiares, etc., enquanto à tipologia e posição na cadeia agroalimentar: associações, grupos e cooperativas de produção, comercialização e/ou consumo, feiras, mercados e encontros autogeridos de consumo responsável, ou iniciativas abrangentes que integram distintos elos da cadeia agroalimentar, como são os projetos integrais que incluem a função alimentar.

Assim, este desenho aspira a dar resposta aos objetivos de pesquisa, mas também trata de dar retorno às mesmas iniciativas participantes no estudo. Para isto, conjugam-se distintos métodos e técnicas de levantamento de dados e análise de carácter quantitativo e qualitativo, mas sempre com um compromisso axiológico próprio das metodologias transformadoras, como a Investigação-Ação ou a pesquisa participante. Ou em palavras de Martínez-Alier (2005), das metodologias próprias duma *ciência pós-normal* ou ciência com a gente e para a gente. Este enfoque implica um compromisso pessoal do pesquisador com o movimento social estudado e os seus processos coletivos, a consideração deste movimento e das iniciativas que o compõem como sujeitos -e não objetos- de estudo, o que implica a procura duma relação horizontal, próxima e envolvida entre o pesquisador e as iniciativas. Assim como seu reconhecimento como geradoras de conhecimento e destinatárias prioritárias dos resultados da pesquisa e interlocutoras na hora de tirar conclusões, o por vezes precisa do desenho de instrumentos de produção de dados e análise dirigidos à retroalimentação das próprias iniciativas participantes e não só à geração de conhecimento científico-acadêmico, integrando assim uma orientação transformadora com o fim de promover e apoiar processos coletivos de transformação socioambiental.

Os métodos e técnicas ditos são, concretamente:

- A observação participante ou militante (Greenwood, 2000), desenvolvida desde 2017 para aproximação inicial ao sujeito de estudo, através da participação ativa e comprometida do pesquisador em processos coletivos de articulação no seio do movimento, compromisso que o pesquisador mantém na atualidade. A descrição deste processo é detalhada em Bisquert e Meira (2019).
- A revisão documental de estudos prévios, guias de entidades publicadas, bases de dados facilitadas por coletivos e entidades do sector e fontes digitais (sites especializados e de eventos relacionados coa temática, cartografias digitais, etc.), para identificar iniciativas agroecológicas existentes na Galiza que fossem susceptíveis de serem incluídas como parte dos casos que compõem o universo a estudar.
- A realização dum censo de iniciativas coletivas relacionadas com a sustentabilidade social e ambiental na Galiza, em colaboração com outras entidades e individualidades vinculadas à EA e o ecologismo, a agroecologia, etc.[16], empregado para complementar os dados extraídos de estudos prévios e outras fontes secundarias de informação.
- O desenho, validação e aplicação dum instrumento de produção de dados para aplicar às iniciativas finalmente selecionadas que formam parte do estudo com base nos critérios de escolha seguidamente detalhados, sendo o seu desenho e o processo de validação ao que foi submetido o que nos ocupa principalmente neste artigo.
- A realização prevista duma série de entrevistas em profundidade com informantes chave, selecionados bem pelo seu conhecimento experto da temática e/ou o sujeito de estudo, ou bem porque desenvolvem em primeira pessoa uma linha de trabalho socioeducativo vinculado à agroecologia no contexto galego, para otimizar a interpretação dos resultados da pesquisa.

Quanto ao instrumento de produção de dados referido, o qual está sendo aplicado atualmente às iniciativas coletivas identificadas como parte do

[16] Como resultado deste trabalho colaborativo, desenvolveu-se o projeto coletivo Rizomas, de cartografia digital e visibilização de iniciativas, accessível em http://rizomas.info

movimento agroecológico na Galiza, desenhou-se seguindo as indicações e recomendações de distintos manuais metodológicos do *Centro de Investigaciones Sociológicas* (Alvira, 2004; Azofra, 1999; Diaz de Rada, 2015), em referência tanto ao desenho do instrumento como ao desenvolvimento do trabalho de campo.

Desta feita, tomaram-se também como referência os instrumentos, critérios de seleção e/ou categorias de análise empregados em estudos prévios de especial relevância na temática de estudo, para identificar e selecionar os indicadores abstraídos produzidos mediante os itens que configuram o instrumento desenhado. Como também, para ajustar o desenho do trabalho de campo e a posterior análise dos dados, sempre com a devida adaptação às particularidades do sujeito do estudo e o contexto de referência desta pesquisa. Tais estudos prévios são, entre outros, os desenvolvidos por Simón, Copena e Rodríguez (2010) sobre iniciativas de consumo ecológico e responsável de alimentos em Espanha; Binimelis e Descombes (2010) sobre circuitos curtos de comercialização em Catalunha; Naoufal, Auzou e Sauvé (2011) sobre iniciativas de educação relativa à eco-alimentação no Quebec; Sevilla et al. (2012) sobre circuitos curtos de comercialização em Andaluzia; Gallar e Vara (2017) para a diagnose do sistema agroalimentar local da cidade de Córdoba (Andaluzia) e a identificação de potencialidades e ações para torna-lo mais sustentável; e Brisebois (2017) sobre iniciativas alternativas do sistema agroalimentar de Montreal (Quebec).

Em base a estas referências, desenhou-se um rascunho inicial do instrumento que incluía 48 itens de diferentes tipos (perguntas abertas, semiabertas e fechadas, dicotómicas e poliatômicas, de livre associação, de ordem e escalas tipo Likert-5 -uma de motivação e duas de opinião-) para recolher informação sobre um conjunto de indicadores de interesse para o estudo agrupados em quatro secções correspondentes às dimensões gerais de análise previstas:

1. *Dados de identificação*: além da informação identificadora e o contato da iniciativa e da pessoa informante, incorporaram-se três itens para

conhecer o perfil educativo desta, o seu rol e a antiguidade de sua vinculação com a iniciativa[17].

2. *Características da iniciativa*: nesta secção previa-se recolher informação sobre as características gerais da iniciativa, as motivações que originaram sua criação, o perfil e funções das pessoas que a compõem e os produtos que manejam.
3. *Participação, articulação e cooperação*: nesta terceira dimensão buscava-se recolher informação sobre a gestão e a tomada de decisões no seio da iniciativa, a colaboração com outras iniciativas e agentes sociais, e a participação como coletivo noutros espaços de coordenação mais amplos: redes, plataformas, projetos, etc.
4. *Dimensão socioeducativa*: por último, aguardava-se conseguir informação sobre as atividades socioeducativas desenvolvidas pela iniciativa, suas finalidades, pessoas destinatárias, temas abordados, espaços, a colaboração com outros coletivos na organização destas atividades, as dificuldades, a acolhida e percepção da integração da EA através destas, assim como a percepção da pessoa informante sobre esta dimensão e outros aspectos vinculados à temática de estudo.

O procedimento previsto de aplicação do instrumento é realizar uma única aplicação presencial por iniciativa identificada, entrevistando a uma pessoa informante, membro da iniciativa em representação da qual informa, empregando o suporte material duma cópia do próprio instrumento como guia de entrevista e para recolher por escrito as respostas da pessoa entrevistada, com o apoio duma gravadora de áudio, em especial para o registro das respostas às preguntas abertas e de todas aquelas matizações e reflexões que a pessoa entrevistada pudesse fazer em relação a cada um dos itens, fosse do tipo que fosse. Todos os dados quantitativos são previstos a serem analisados com o apoio do software IBM SPSS Statistics 24, enquanto que o registro de informações qualitativas serão tratadas com o software Atlas.ti 8 mediante o método da análise de discurso interpretativo ou social/hermenêutico, que, longe dos métodos de análise de conteúdo baseados no tratamento puramente

[17] Pelo sentido introdutório desta secção, não se computam estes três itens entre os 48 referidos, e só são considerados a efeitos do processo de validação do instrumento, numerados como itens 0.1, 0.2 e 0.3.

estatístico e descritivo da reiteração de palavras chave, entende o discurso como processo semiótico, narrativo e contextualizado à situação de referência em relação à qual este adquire sentido.

Para a seleção das iniciativas que compõem o sujeito de estudo, entende-se que o universo de estudo são todas aquelas iniciativas activas na Galiza na atualidade que cumpram com os critérios estabelecidos (Ver Tabela 1).

Tabela 1. Critérios de seleção de iniciativas sujeito de estudo.

Critérios	*Indicadores*
Carácter coletivo	Carácter claramente coletivo: iniciativa de natureza social e não individual, familiar ou empresarial. Pode estar ou não formalmente constituída em uma figura jurídica (associação, cooperativa, organização não governamental -ONG-, etc.).
Função agroalimentar (produção, comercialização, consumo...)	Excluem-se aquelas nas que a função alimentaria seja secundária ou esteja subordinada a outra função (educativa, de divulgação, turística, de gestão de bens comuns, etc.). Incluem-se aquelas nas que a função alimentaria seja complementaria a outras, enquanto seja uma de suas principais razões de ser.
Identidade agroecológica	Identidade como iniciativa vinculada à agroecologia, integrando as três dimensões -técnico-produtiva, social-econômica e política-cultural- ou incluindo explicitamente a soberania alimentar, a transição social agroecológica ou a construção coletiva de sistemas agroalimentar alternativos, ambiental e socialmente sustentáveis como objetivos. Excluem-se iniciativas que unicamente mostrem uma motivação económica, sem vocação transformadora. Denominação como projeto, iniciativa, coletivo ou organização.
Autonomia	Excluem-se aquelas iniciativas que dependem diretamente duma organização social maior (partidos políticos, sindicatos, ONG...) ou de instituições públicas ou privadas, como projetos setoriais condicionados a estes, com exceções pontuais se a iniciativa apresenta uma ampla capacidade de autogestão e autonomia com respeito à entidade da que depende. Incluem-se aquelas organizações (ONG, cooperativas, associações...) que orientam sua função principal à produção, comercialização ou consumo de produtos alimentares em base a princípios agroecológicos, cumprindo com os critérios anteriores.

Fonte: elaboração própria.

A população total é desconhecida ao se tratar dum universo escassamente explorado, assim como pelo dinamismo e instabilidade próprios dum movimento social como o estudado, no qual é frequente a criação, desaparição ou transformação de iniciativas em lapsos relativamente breves de tempo. Ante isto, trata-se de circunscrever o universo, partindo de 47 iniciativas

identificadas a partir das fontes anteriormente referidas e que cumprem com os critérios descritos, para, a partir das entrevistas, aplicar uma estratégia de bola de neve para acessar a iniciativas inicialmente não identificadas, mas que também cumpram com os critérios de seleção, através da qual incorporaram-se até o momento 19 iniciativas adicionais. Em suma, atualmente maneja-se uma mostra de 66 iniciativas ás que se está a aplicar o instrumento, cifra que pode variar ao longo do trabalho de campo ainda em execução, em função da sua ampliação pela continuidade da aplicação da estratégia de bola de neve, mas também pelo próprio dinamismo referido do sujeito de estudo, pois já se computaram quatro casos de iniciativas que causaram baixa da mostra ao se dissolver.

O PROCESSO DE VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO APLICADO ÀS INICIATIVAS SUJEITO DE ESTUDO

Seguindo as orientações de Barraza (2007), Escobar-Pérez e Cuervo-Martínez (2008) e Pedrosa, Suárez-Álvarez e García-Cueto (2014), submeteu-se este primeiro rascunho do instrumento referido a um processo de validação de conteúdos por juízes expertos, o qual é definido como "uma opinião informada de pessoas com trajetória no tema, que são reconhecidas por outros como expertos qualificados em este, e que podem dar informação, evidência, juízos e valorações[18]" (Escobar-Pérez e Cuervo-Martínez, 2008: 29). Tanto pelas circunstâncias do estudo como para não abusar da generosidade dos juízes, neste caso optou-se polo método de avaliação individual, a mais operativa, especialmente quando se recorre a juízes de distintos países e que falam distintas línguas, como se detalha a seguir.

Para o desenho deste processo, acredita-se em que "a combinação de métodos tanto qualitativos como quantitativos se entende como o procedimento mais completo na hora de realizar um estudo de validade de conteúdo em profundidade[19]" (Pedrosa, Suárez-Álvarez e García-Cueto, 2014: 3). Segundo estes autores, há dois aspectos chave que é preciso considerar na hora de avaliar a validade de conteúdo dum instrumento:

[18] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.
[19] Tradução livre dos autores a partir do texto original em espanhol.

1. Fazer uma seleção apropriada dos expertos participantes, analisando suas características e experiência na temática e/ou em relação ao sujeito de estudo, como se apresenta na continuação.
2. Que os juízes, além da sua análise qualitativa (comentários, valorações, recomendações, etc.), "estimem uma valoração quantitativa aos itens", sem a qual não é possível obter "informação relevante para o processo de validação", pelo que os autores consideram "fundamental aplicar algum dos métodos empíricos existentes para quantificar" (Pedrosa, Suárez-Álvarez e García-Cueto, 2014: 7) as valorações designadas e o grau de acordo entre os juízes em relação ás mesmas, sendo a escala tipo Likert de cinco alternativas uma das mais habituais para valorar cada item em base a distintos aspectos, segundo os referidos autores.

Enquanto ao procedimento seguido, atenderam-se as indicações de Barraza (2007) e Escobar-Pérez e Cuervo-Martínez (2008) em relação aos passos a seguir, que com as devidas adaptações finalmente foram: a) desenho do protocolo de validação, com instruções e planilhas de avaliação para que os juízes respondam de maneira homogénea; b) seleção dos juízes expertos que participarão no processo de validação; c) solicitação para participação, informando sobre os propósitos e detalhes do estudo, o contexto, o sujeito de estudo, as dimensões a abordar, os indicadores a medir e as informações a registrar com o instrumento, facilitando o protocolo de validação e o próprio borrador a avaliar; d) recolhimento, tratamento e análise das respostas dos juízes; e) revisão do borrador do instrumento em virtude da valorações quantitativas e qualitativas dos juízes.

Assim, em primeiro lugar, desenhou-se um protocolo de validação para fazer chegar aos juízes participantes no processo junto com o borrador do instrumento a avaliar. O protocolo apresentava-se, além dos devidos agradecimentos aos juízes participantes, com uma introdução explicativa do propósito do processo, do projeto de pesquisa e os seus principais elementos (objetivos, sujeito de estudo, universo, desenho metodológico, etc.) e das dimensões, indicadores, estrutura e outras questões a considerar com respeito ao instrumento a avaliar, como o procedimento de aplicação previsto. A continuação, anexavam-se as planilhas de avaliação para recolher as

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

valorações quantitativas e qualitativas dos juízes, divididas em duas seções diferenciadas, uma *específica* referida aos itens e uma *geral* referida ao instrumento no seu conjunto.

Na primeira -a *específica*-, pedia-se aos juízes que pontuassem cada item, agrupados nas suas correspondentes dimensões anteriormente descritas, numa escala Likert-5, na que 1 era o valor mínimo e 5 o máximo, em função de quatro categorias de avaliação, fundamentadas tanto nas empregadas polos autores consultados como por outros colegas do grupo de pesquisa. As quatro categorias propostas aos juízes para avaliar os itens foram as seguintes:

1. *Relevância*: se o item é essencial ou importante e, portanto, deve ser incluído no instrumento.
2. *Pertinência*: se o formato escolhido para formular o item é o mais apropriado.
3. *Concisão semântica* -sentido unívoco- e *claridade sintática* na formulação do item.
4. *Neutralidade*: a formulação do item não influencia a resposta da pessoa entrevistada.

Figura 1. Mostra duma secção duma das planilhas de avaliação quantitativa do protocolo de validação submetida aos juízes.

Dimensão	**Itens**	**Relevância**					**Pertinência**					**Concisão**					**Neutralidade**				
		1	2	3	4	5	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
II Características da iniciativa	1																				
	2																				
	3																				
	4																				
	5																				

Fonte: elaboração própria

Ao pé de cada uma das planilhas de avaliação quantitativa correspondente a cada uma das dimensões em que se agruparam os itens no borrador do instrumento, dispôs-se um espaço de *comentários* para recolher as correspondentes valorações qualitativas e recomendações de melhora que os juízes entenderam oportunas fazer em relação a cada dimensão ou sobre os itens integrados nesta.

Na segunda secção, de carácter *geral*, pediu-se aos juízes que valoraram o instrumento no seu conjunto em relação a uma série de aspectos de relevância para avaliar sua validade de conteúdo, através duma planilha

também em base a uma escala Likert-5, apresentada na Figura 2. Como no caso anterior, adicionou-se também um espaço final de *comentários* para que os juízes pudessem fazer valorações, críticas, propostas de melhora, etc. sobre os aspectos gerais do borrador do instrumento avaliado.

Figura 2. Planilha de avaliação quantitativa dos aspectos gerais do instrumento.

Aspectos gerais	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Apresentação do instrumento (seu aspecto é apropriado)					
Sequência dos itens (sua ordem é adequada)					
Coerência interna (relação lógica entre itens e dimensões)					
Oportunidade dos itens (estão aqueles que devem estar)					
Acessibilidade (o instrumento resulta fácil de responder)					
Exaustividade (atenção a todos os aspectos relevantes)					
Extensão do instrumento (com relação ao número de itens)					
Duração estimada (de aplicação do instrumento à pessoa informante)					

Fonte: elaboração própria.

Enquanto à seleção dos juízes, optou-se por fazer uma seleção de dez expertos, já que os autores consultados concordam em que é uma quantidade apropriada ou incluso ótima para brindar "uma estimação confiável da validade de conteúdo dum instrumento" (Escobar-Pérez e Cuervo-Martínez, 2008: 29). Assim mesmo, estes mesmos autores enumeram uma serie de critérios que é preciso ter em consideração na seleção dos juízes: experiência em juízos e tomada de decisões baseadas na evidência, sua formação e seu trabalho acadêmico; sua reputação na comunidade académico-científica; sua disponibilidade e motivação para participar; e imparcialidade. Neste caso concreto, além destes e de ter em consideração como critério principal a pertinência dos juízes em base ao seu conhecimento fundamentado sobre os campos de referência, a temática e o sujeito de estudo, em base ao próprio enfoque epistemológico do estudo -na interface entre a EA e a agroecologia-, considerou-se oportuno incluir juízes expertos num destes dois campos -ou em ambos-, tratando de buscar um equilíbrio entre eles, assim como incluir, como recomendam Escobar-Perez e Cuervo Martínez, pelo menos dois expertos em "em medição e avaliação" (2008: 30). Ademais, procurou-se também contar com uma representação equilibrada de juízes procedentes de instituições espanholas (dois da Galiza, dois da Andaluzia e um da Catalunha) e internacionais (dois de Quebec -Canadá-, uma de Portugal, um de México e um do Brasil).

Despois duma fase de pré-seleção de possíveis juízes a quem solicitar sua participação no processo em função dos critérios descritos e de sondar sua

disposição para sua desinteressada e generosa colaboração, chegou-se à seleção final dos dez juízes participantes no processo, detalhada na Tabela 2 junto com as instituições e países nos que desempenham sua atividade docente, investigadora e/ou profissional, também assinalada, e suas áreas de especialização. É preciso assinalar que para procurar cumprir com o critério da motivação por parte dos juízes, recorreu-se a expertos com certa relação académica com os autores deste trabalho e/ou com o grupo de pesquisa.

Tabela 2: Juízes expertos que participaram no processo de validação.

Juiz	*Instituição*	*País*	*Atividade*	*Áreas de especialidade*
Adolfo Agúndez Rodríguez	Centr'ERE [20] - Université du Québec à Montréal / Université de Sherbrooke	Quebec (Canadá)	Pesquisador associado	EA e Eco-cidadania Educação do Consumo
Damián Copena Rodríguez	GIEEA [21] - Universidade de Vigo	Galiza (Espanha)	Pesquisador pós-doutoral	Economia Ecológica Agroecologia e Ação Coletiva Desenvolvimento Rural Sustentável
David Gallar Hernández	ISEC / OSALA [22] – Universidad de Córdoba	Andaluzia (Espanha)	Professor e diretor de mestrado em Agroecologia	Agroecologia Sociologia urbana-rural Antropologia Desenvolvimento Rural Sustentável
Edgar J. González Gaudiano	Universidad Veracruzana	México	Investigador titular	Teoria e políticas de EA Educação para o Cambio Climático: vulnerabilidade, resiliência e adaptação
Germán Llerena del Castillo	Cámara Municipal de Sant Cugat del Vallès	Catalunha (Espanha)	Educador Ambiental	EA Agroecologia Escolar
José Gutiérrez Pérez	Universidad de Granada	Andaluzia (Espanha)	Catedrático de Universidade	EA Métodos de Pesquisa e Diagnóstico em Educação
Lucie Sauvé	Centr'ERE - Université du Québec à Montréal	Quebec (Canadá)	Professora titular e diretora do Centr'ERE	Teoria e políticas de EA Dimensão crítica e política da Educação Mobilização cidadã / Eco-cidadania
Marcos Sorrentino	ESALQ [23] - Universidade de São Paulo	Brasil	Professor associado	EA e políticas públicas EA e Agroecologia
Raimundo Otero Enríquez	Universidade da Coruña	Galiza (Espanha)	Professor ajudante doutor	Sociologia urbana-rural Estudos urbanos Estatística
Sara Costa Carvalho	Universidade de Aveiro	Portugal	Pesquisadora pós-doutoral	Equipamentos de EA (EqEA) Tratamento da alimentação nos EqEA

Fonte: elaboração própria.

Assim então, uma vez enviados os protocolos de validação aos juízes finalmente convidados a participar no processo, e recebidas suas respostas sobre as planilhas, assim como os espaços disponibilizados para comentários, tanto específicos como gerais, procedeu-se a analisar quantitativa e

[20] Centre de recherche en éducation et formation relatives à l'environnement et à l'écocitoyenneté [https://centrere.uqam.ca/]
[21] Grupo de Investigación en Economía Ecolóxica, Agroecoloxía e Historia [http://economiaecoloxica.webs.uvigo.es/]
[22] Instituto de Sociología y Estudios Campesinos – Observatorio de Soberanía Alimentaria y Agroecología [http://www.osala-agroecologia.org/]
[23] Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" [http://www.esalq.usp.br/]

qualitativamente os resultados obtidos, com o propósito de otimizar o instrumento para sua aplicação.

No referente à *análise quantitativa*, para interpretar a validade dos itens avaliados em função dos valores médios resultantes das respostas dos juízes expertos, estabelecem-se uns valores de referência, baseados nos recomendados por Barraza (2007) para uma escala de quatro respostas possíveis (0, 1, 2 e 3) coa devida adaptação à escala de Likert-5 empregada, apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Valores de interpretação da validade dos itens em base às médias das pontuações dos juízes.

Valor mínimo = 1	Validade débil: > 3; < = 3.66
Valor máximo = 5	Validade aceitável: > 3.66; < = 4.33
Valor válido > 3	Validade forte: > 4.33; < = 5

Fonte: elaboração própria.
Nota: na coluna da direita apresenta-se um código de sombreados em cinzas que facilitará a interpretação posterior dos dados quantitativos.

Uma validade forte acarreta a aceitação direta do item na sua apresentação original (ainda que sempre pode ser submetido a melhora atendendo às recomendações dos juízes, sempre que não altere sua apresentação validada), enquanto uma validade aceitável também implica sua aceitação, mas sujeita a modificações em função das observações e recomendações qualitativas dos juízes. Pela sua banda, uma validade débil traz consigo uma necessária revisão do item atendendo igualmente às contribuições dos expertos consultados, enquanto um valor por abaixo do valor válido (3) obriga à direta eliminação do item.

Dos dez juízes expertos participantes no processo de validação, houve um que só respondeu à secção geral da avaliação quantitativa, enquanto dois declinaram responder por completo à planilha de avaliação quantitativa, contribuindo só nas valorações qualitativas. Assim, os resultados que se apresentam a continuação (Tabela 4), são as médias e a dispersão (desvio padrão) das respostas dos sete juízes restantes (n=7) à secção específica das planilhas de avaliação (é dizer, dos itens agrupados em suas correspondentes dimensões).

AMBIENTE & EDUCAÇÃO
ISSN- 1413-8638
E-ISSN - 2238-5533
v. 24, n. 2, 2019

Tabela 4: Média global e dispersão das valorações quantitativas específicas sobre os itens.

(Dim.)[24] Item	Média (□)	Desvio Padrão (s)	**(Dim.)** Item	Média (□)	Desvio Padrão (s)	**(Dim.)** Item	Média (□)	Desvio Padrão (s)
(I)0.1	4,1786	,67259	(II)15	4,6429	,57477	(III)32	4,1071	1,10733
(I)0.2	4,8214	,23780	(II)16	4,3929	,45316	(IV)33	4,4583	1,20848
(I)0.3	4,7143	,41904	(II)17	4,3214	,60749	(IV)34	4,4643	,94017
(II)1	4,7857	,30375	(II)18	4,5000	,57009	(IV)35	4,3214	1,17006
(II)2	4,3214	,79993	(II)19	4,5357	,61962	(IV)36	4,3214	,64087
(II)3	4,6429	,57477	(II)20	4,5357	,61962	(IV)37	4,7143	,50885
(II)4	4,6786	,59010	(II)21	4,5714	,59010	(IV)38	4,5417	,51031
(II)5	4,2500	1,00000	(II)22	4,2917	,95416	(IV)39	4,6786	,59010
(II)6	4,2857	1,06486	(III)23	4,6786	,42608	(IV)40	4,6429	,57477
(II)7	4,3571	,88808	(III)24	4,6786	,42608	(IV)41	4,7143	,41904
(II)8	4,2500	,90139	(III)25	4,5000	,69222	(IV)42	4,3571	,91124
(II)9	4,3571	,73396	(III)26	4,3929	,93382	(IV)43	4,5714	,40089
(II)10	4,2500	,97895	(III)27	4,4643	,83452	(IV)44	4,7917	,33229
(II)11	3,8214	1,13389	(III)28	4,6667	,81650	(IV)45	4,6071	,42956
(II)12	4,6429	,67480	(III)29	4,5714	,74602	(IV)46	4,5357	,36596
(II)13	3,6250	1,45559	(III)30	4,0714	,92099	(IV)47	4,4643	,72785
(II)14	4,5357	,46611	(III)31	4,2143	,98349	(IV)48	4,7857	,36596

Fonte: elaboração própria.
Nota: sombreia-se cada item segundo a correspondência da média obtida em relação ao código associado aos valores de referência da Tabela 3.

Como se pode observar, dos 51 itens avaliados -48 mais os três de identificação-, nenhum ficou abaixo do valor mínimo estabelecido e a maior parte recebeu uma pontuação média que implicava uma validade aceitável (14 itens) ou forte (36 itens). Só o item 13 apresentou uma média global que indicava uma validade débil ($\overline{X}$=3,6250), ainda que é importante assinalar que precisamente este item é o que apresenta uma maior dispersão entre as valorações dos juízes (s=1,45559). Também é preciso indicar que na única categoria de avaliação na que este item obteve uma média de validade débil foi na de *concisão* ($\overline{X}$=3,43), ainda que na de *neutralidade* também registrou uma média muito próxima ao limite inferior da validade aceitável ($\overline{X}$=3,67) -ver Tabela 5-. Neste item propunha-se concretamente a seguinte pergunta:

"Que porcentagem aproximado de participantes acostumam tomar parte das atividades da iniciativa?"[25]

Atendendo às observações e recomendações dos juízes, esta formulação apresentava problemas para a sua compreensão. Para resolver esses problemas, aceitaram-se suas propostas: substituir "participantes" por

[24] Numeração das dimensões: (I): Dados de identificação; (II): Características da iniciativa; (III): Participação, articulação e cooperação; (IV): Dimensão socioeducativa.
[25] Tradução ao português do original em galego. Fonte: elaboração própria.

"membros", para que se entenda que se faz referência aos membros integrantes dos coletivos e não a possíveis participantes eventuais; especificar a que tipo de atividades se refere a pergunta, neste caso às principais, é dizer, as próprias ou centrais da iniciativa, em torno as quais a iniciativa baseia o seu funcionamento; trocar o verbo galego "*adoitar*" (acostumar, em português) pelo advérbio "habitualmente"; e perguntar pelo número absoluto em vez de pela porcentagem, facilitando assim a resposta. Despois das devidas modificações, o item formulou-se finalmente do seguinte jeito:

"Que quantidade aproximada de membros toma parte habitualmente das atividades principais da iniciativa?"[26]

Por outra banda, os itens 0.1, 11 e 30, embora obtivessem médias globais de validade aceitável, apresentaram médias parciais, numa das categorias de avaliação, consideradas débeis segundo os valores de interpretação estabelecidos, como se pode observar na Tabela 5.

Tabela 5: Detalhe das médias das valorações quantitativas dos itens com médias parciais débeis.

Item	Relevância	Pertinência	Concisão	Neutralidade
0.1	4,29	**3,43**	4,43	4,57
11	3,86	**3,57**	4,00	3,86
13	4,00	3,86	**3,43**	3,67
30	4,71	3,86	**3,29**	4,43

Fonte: elaboração própria.

No primeiro caso, no item 0.1, pertencente à primeira dimensão do instrumento (Dados de identificação), perguntava-se pelos estudos da pessoa informante. Os juízes consideraram que a informação que se podia atingir com este item era escassa e pouco precisa devido ao formato e aos indicadores atendidos pelo item, o qual fica refletido tanto na pontuação média obtida na categoria *pertinência* ($\overline{X}$=3,43), como nas valorações qualitativas referidas a este item, que sugerem fechar as possíveis respostas sobre o nível de estudos a quatro opções (sem estudos, primários, secundários, superiores) e acrescentar o item perguntando sobre á área específica de formação, assim como enriquecer a informação a recolher sobre a pessoa que está a responder à aplicação do instrumento com outros dados que permitam ter um perfil mais detalhado: nome, idade, ocupação atual e experiência previa coa agroecologia.

[26] Tradução ao português do original em galego. Fonte: elaboração própria.

Em relação ao item 11, talvez um dos mais complexos e controvertidos, apresentou um resultado de validade débil também na categoria de *pertinência* ($\overline{X}$=3,57), enquanto as valorações qualitativas criticavam, por uma banda, a difusão e subjetividade de resposta que suscitava a formulação do item no seu conjunto, ao ser muito valorativa e difícil de responder, pudendo induzir a produzir dados erróneos ao perguntar em termos relativos e não absolutos, e pela outra, a carência de clareza de algum dos aspectos pelos que se preguntava, sugerindo em todo caso reformulação. Neste item, tratava-se de recolher proporções aproximadas sobre o perfil maioritário ou geral dos membros das iniciativas em base a uma serie de aspectos relevantes (idade, sector laboral de ocupação, nível de formação, nível socioeconómico, contexto de residência e ativismo), perguntando à pessoa informante sobre porcentagens aproximadas em base a categorias fechadas para cada um dos aspectos. Além de reformular duma maneira mais clara os aspectos que geravam conflito, neste caso decidiu-se manter o formato inicial proposto no borrador, posto que nem os expertos achegaram proposta alternativa para sua reformulação, nem os autores que desenhamos o instrumento concebemos um jeito melhor para acessar a esta informação dentro do formato de aplicação previsto. Com tudo, na hora de analisar este item, será preciso interpretá-lo com todas as cautelas, fazendo explícitas as limitações que implica acessar a estes indicadores da maneira referida.

Por último, o item 30 apresenta também uma validade débil no valor médio da categoria de *concisão* ($\overline{X}$=3,29). Neste item, preguntava-se pelas possíveis colaborações da iniciativa com outro tipo de entidades sociais, ou seja, do terceiro sector (nem públicas, nem privadas). Ademais duma resposta dicotómica sim/não, preguntava-se por uma serie de tipos (associações, organizações, ONGs e outras) e pedia-se que se indicassem quais eram. Seguindo as recomendações dos juízes, concretizaram-se os conceitos, eliminando “organizações” por ser demasiado genérico ou pouco preciso, e acrescentaram-se as opções incluindo sindicatos e partidos políticos. Assim mesmo, complementou-se o item perguntando também pelas finalidades das colaborações e sua periodicidade, permitindo uma resposta fechada entre três opções: pontuais, periódicas e permanentes.

Entrando já nas valorações quantitativas de carácter geral, a dizer, do instrumento no seu conjunto, registraram-se as respostas de oito dos dez expertos participantes no processo (n=8), das quais se mostram na Tabela 6 as médias e o desvio padrão em relação a cada um dos aspectos propostos para avaliar sua validade de conteúdo.

Tabela 6: Média e dispersão da valoração quantitativa geral sobre o instrumento no seu conjunto.

	Média	*Desvio Padrão*
Apresentação do instrumento	4,75	,463
Sequência dos itens	4,25	,886
Coerência interna	4,50	,756
Oportunidade dos itens	4,38	,518
Acessibilidade	4,25	,707
Exaustividade	4,75	,463
Extensão do instrumento	4,00	1,069
Duração estimada	4,00	1,069

Fonte: elaboração própria.

Como se pode observar, todas as médias denotam uma validade aceitável ou forte, destacando a apresentação e a exaustividade do borrador do instrumento avaliado (ambas com $\overline{X}$=4,75), seguido pela sua coerência interna ($\overline{X}$=4,50) e a oportunidade dos itens integrados ($\overline{X}$=4,38). Os aspectos com uma valoração média mais fraca, ainda que dentro da classificação de aceitabilidade, são os da extensão do instrumento e a duração estimada de cada uma das suas aplicações às iniciativas sujeito de estudo, ainda que estes aspectos também apresentam a maior dispersão entre as respostas dos juízes (s=1,069). Se bem é certo que o instrumento avaliado é consideravelmente extenso e a duração estimada inicialmente para cada entrevista é de entre 45 minutos e uma hora, e que se registrou também uma valoração qualitativa neste sentido por parte dum dos juízes, que propunha reduzir a extensão do instrumento para fazê-lo mais breve e menos cansativo para a pessoa entrevistada, mas esta apreciação entrou em contradição com as propostas de incorporação de novos itens nas que houve um alto grau de sintonia entre as propostas de melhora dos juízes registradas, o que resultou na ampliação do número de itens, como veremos mais adiante.

Já em referência à avaliação qualitativa dos juízes consultados, é preciso sinalar em primeiro lugar que os exemplos de modificações anteriormente referidos sobre os quatro itens já descritos são apenas as realizadas sobre os

que apresentaram valores médios de validade débil -fosse globalmente, fosse numa das categorias de análise-, mas não foram as únicas. Também se consideraram recomendações de melhora por parte dos juízes para itens com valores de validade aceitáveis e mesmo fortes, assim como também se aceitaram câmbios sobre o conjunto do instrumento, especialmente quando houve sintonia entre as propostas dos juízes, sempre que as propostas fossem razoáveis e se entendesse que contribuíam à optimização do instrumento, tendo sempre em conta o referencial teórico, os estudos prévios, o contexto e o sujeito de estudo. Em total, foram considerados 158 comentários, observações, valorações e recomendações de melhora desde a análise qualitativa dos juízes, sendo aceitadas um total de 94, distribuídas da forma que se mostra na Tabela 7, incluindo questões de formato, expressão, ordem ou reformulação e introdução de novos itens.

Tabela 7: Cômputo de entradas registradas nas valorações qualitativas dos juízes expertos.

Secção	*Tipo de modificação*	*Total*	*Aceites*
Aspectos gerais do instrumento	Introduzir elementos e novos itens, estrutura e organização de itens e secções, estratégia de aplicação, seleção da mostra.	17	10
I. Dados de identificação	Reformular item, introduzir novos itens, seleção da pessoa informante.	8	8
II. Características da iniciativa	Introduzir novos itens, pechar respostas em perguntas originalmente abertas, reformular itens, introduzir opções de resposta, desagregar opções de resposta, modificar formato de apresentação de itens, introduzir, modificar e suprimir sub-itens, modificar tipo de item.	70	40
III. Participação, articulação e cooperação	Clarificar conceitos, introduzir sub-itens, introduzir opções de resposta, acrescentar opção de resposta aberta tipo “Outro (cal?)”, clarificar formulação de perguntas, eliminar opções genéricas ou pouco precisas.	18	15
IV. Dimensão socioeducativa	Introduzir novos itens, acrescentar e desagregar opções de resposta, modificar ordem das opções de resposta, clarificar conceitos, reformular e matizar perguntas, reduzir as respostas abertas possíveis, introduzir sub-itens, substituir termos problemáticos, acrescentar opções de resposta aberta do tipo “Outro (cal?), precisar categorias dos valores intermédios nas escalas Likert-5, simplificar a linguagem, criação duma nova dimensão que integre os aspectos de opinião pessoal do informante.	45	21

Fonte: elaboração própria.

Assim, as principais modificações suscitadas pelas contribuições dos juízes sobre o borrador inicial e que deram forma à versão final do instrumento sometido ao processo de validação aqui descrito foram as seguintes.

Em primeiro lugar, a própria conceição do instrumento de recolhida de dados, inicialmente concebido como um questionário, passou a ser entendido como uma guia de entrevista semifechada, tanto pelos seus conteúdos, a diversa natureza dos itens que integra (abertos/fechados, de livre associação, de ordem, escalas, etc.), sua estrutura, sua extensão e sua estratégia de aplicação a uma pessoa informante por iniciativa, pero especialmente pelas próprias alterações às que se viu sometido através do processo de validação.

Por outra banda, outra alteração significativa foi a ampliação do número de itens integrados no instrumento, dos 48 iniciais aos 55 da versão final, a partir duma seleção duma ampla gama de propostas de introdução de novos itens por parte dos juízes, apesar da pontuação média relativamente baixa (ainda que aceitável) que os próprios juízes deram à extensão do borrador do analisado, como se viu anteriormente.

Além disto, pela proposição dos juízes alterou-se também a estrutura por secções correspondente a cada uma das dimensões já enumeradas, adicionando uma última dimensão específica para recolher a *Opinião da pessoa informante*, na que se incluem os quatro últimos itens da quarta secção do borrador (*Dimensão socioeducativa*) -duas escalas, um item de ordem e um de resposta aberta- referidos especificamente a valorações mais pessoais por parte de pessoa entrevistada, acrescentados com um quinto item de resposta aberta de carácter prospectivo proposto pelos juízes.

Com tudo, como resultado do processo de validação, a estrutura final do instrumento e da distribuição dos itens por secções é apresentada na Tabela 8:

Tabela 8: Estrutura final do instrumento de recolhida de dados.

Secções	Itens: nº (rango)	Indicadores
I. Dados de identificação	Non computam como itens	*Dados da iniciativa (denominação, localização, correio eletrônico, site web, perfil em redes sociais) e da pessoa informante (idade, nível de estudos, área de formação, ocupação atual, experiência previa com a agroecologia, rol na iniciativa, tempo de vinculação, dados de contato).*
II. Características da iniciativa	27 (do 0 ao 26)	*Descrição breve, tipo, conceitos associados, data fundacional, sector/es no sistema agroalimentar, figura jurídica, estratégia de financiamento, motivações de origem, membros, tarefas, perfil, participação na gestão, logística de distribuição, espaços físicos, produtos, alternativas à mediação monetária, sistemas de garantia, critérios, abastecimento/absorção de produtos, provedores externos, medidas para reduzir resíduos.*
III. Participação,	10 (do	*Órgãos de gestão, procedimento de toma de decisões,*

articulação e cooperação	27 ao 36)	*colaborações com outras iniciativas, participação em espaços de coordenação, colaboração com outros agentes sociais, administrativos e educativos.*
IV. Dimensão socioeducativa	12 (do 37 ao 49)	*Atividades desenvolvidas e previstas, finalidades, temáticas, destinatários, responsáveis, espaços, colaborações, dificuldades/soluções, acolhida, abordagem de questões relativas ás mudanças climáticas, consideração da integração da EA, aprendizagens na ação.*
V. Opinião da pessoa informante	5 (do 50 ao 54)	*Opinião sobre a relação da cidadania em geral, a administração pública, o sistema educativo e a educação não formal com a alimentação e suas implicações; opinião sobre o movimento social agroecológico e as iniciativas que o compõem; objetivos prioritários, prospetiva de futuro, considerações adicionais.*

Fonte: elaboração própria.

CONCLUSÕES

Neste artigo, exploramos desde um plano teórico a necessária e urgente relação a desenvolver entre a EA e a agroecologia, com especial atenção ao movimento social agroecológico como concretização da agroecologia política, para promover uma transição social agroecológica que permita avançar cara a soberania alimentaria e a construção de sistemas agroalimentares socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. A continuação, apresentou-se o desenho metodológico misto que se está a desenvolver atualmente para estudar o movimento agroecológico na Galiza e sua dimensão socioeducativa, descrevendo detalhadamente o processo de validação de conteúdo por juízes expertos ao que foi sometido o instrumento de recolhida de dados que se está a aplicar ás iniciativas coletivas que configuram o sujeito de estudo desta pesquisa.

A razão principal de apresentar com detalhe este processo de validação é a de ressaltar a importância de dotar aos desenhos metodológicos das pesquisas em EA de estratégias para outorgar rigor metodológico aos instrumentos empregados para levantar os dados durante o trabalho de campo e que posteriormente configuraram o referencial empírico dos estudos realizados. Neste sentido, destacamos, por uma banda, a importância de fazer uma seleção apropriada dos juízes que participam no processo de validação, pois a validade do instrumento em grande medida dependerá de sua condição de expertos no campo, no sujeito de estudo e mesmo em metodologia. Pela outra, achamos que conseguimos mostrar a conveniência de combinar

estratégias quantitativas e qualitativas de validação. As primeiras permitem detectar com maior confiabilidade os pontos fracos do instrumento avaliado, graças á concordância nas pontuações dos juízes, assim como ter base empírica sólida para a própria validação. E as segundas possibilitam a introdução de melhoras no instrumento avaliado, sempre que estas se ajustem às exigências e circunstâncias do próprio estudo e seu desenho metodológico.

Em qualquer caso, o dito rigor não tem por que entrar em contradição com o enfoque transformador, participante ou pós-normal que eticamente exige a pesquisa quando se está a realizar conjuntamente com movimentos sociais, senão que permite uma obtenção mais confiável dos dados e informações mediante instrumentos estandardizados validados. Desta forma se consegue melhorar a visibilização e valorização das iniciativas e o movimento social que configuram no âmbito académico e social.

Por último, é mister agradecer encarecidamente a generosa colaboração dos juízes expertos no processo de validação apresentado, tanto pelas suas valiosas e imprescindíveis achegas como polo tempo e atenção dedicados a analisar detidamente o borrador do instrumento e valorar quantitativa e qualitativamente o seu conteúdo, contribuindo com propostas de melhora, sugestões e reflexões que permitiram otimizar o instrumento. Graças a sua participação, na atualidade está-se a desenvolver o trabalho de campo da pesquisa com as garantias de estar aplicando às iniciativas sujeito de estudo um instrumento estandardizado, validado e suficientemente otimizado para obter dados e informações relevantes e que serviram tanto para a geração de conhecimento académico como para a retroalimentação das próprias inciativas participantes e outros agentes sociais e coletivos afins.

REFERÊNCIAS

ALVIRA, Francisco. **La encuesta: una perspectiva general metodológica**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004.

AZOFRA, María José. **Cuestionarios**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1999.

BARRAZA, Arturo. “La consulta a expertos como estrategia para la recolección de evidencias de validez basadas en el contenido”. *Investigación educativa duranguense*, 7: 5-14, 2007.

BINIMELIS, Rosa; DESCOMBES, Charles-André. **Comercialització en circuits curts. Identificació i tipologia**. Manresa, Espanha: Escola Agrària de Manresa i Verloc, 2010.

BISQUERT, Kylyan Marc; MEIRA, Pablo Ángel. The Agroecological Movement in Galicia (Spain). *In*: ZANDVLIET, David. **Culture and Environment: Weaving new connections**. Leiden, The Netherlands: Brill-Sense: 107-126, 2019

BRISEBOIS, Éliane. **Répertoire des initiatives alternatives du système agroalimentaire montréalais**. Montréal, Canada: Chaire de recherche UQAM sur la transition écologique – Centre OSE (ESG-UQAM).

CALLE, Ángel; GALLAR, David; CANDÓN, José. "Agroecología Política: la transición social hacia sistemas agroalimentarios sustentables". *Revista de Economía Crítica*, 16: 244-277, 2013

CALLE, Ángel; SOLER, Marta; VARA, Isabel; GALLAR, David. "La desafección al sistema agroalimentario: ciudadanía y redes sociales". *Interface: a journal for and about social movements*, 4(2): 459-489, 2012.

CALLE, Ángel; VARA, Isabel; CUÉLLAR, Mamen. La transición social agroecológica. *In*: CUÉLLAR, M; CALLE, A; GALLAR, D. (eds.). **Procesos hacia la soberanía alimentaria**. Barcelona: Icaria: 81-102, 2013.

CARIDE, José Antonio; MEIRA, Pablo Ángel. "Del ecologismo como movimiento social a la educación ambiental como construcción histórica". *Historia de la Educación*, 37: 165-197, julio/2019.

CARIDE, José Antonio; MEIRA, Pablo Ángel. **Educación Ambiental y Desarrollo Humano**. Barcelona: Ariel, 2001.

CARREIRA, Xoán Carlos; CARRAL, Emilio. **O pequeno é grande. A agricultura familiar como alternativa: o caso galego.** Santiago de Compostela: Através: 2014.

CONSTANCE, Douglas; RENARD, Maria-Christine; RIVERA-FERRE, Marta Guadalupe. (eds.). **Alternative Agrifood Movements: Patterns of Convergence and Divergence**. Bradford: Emerald Group Publishing Limited, 2014.

CUÉLLAR, Mamen; SEVILLA, Eduardo. La Soberanía Alimentaria: la dimensión política de la Agroecología. *In*: CUÉLLAR, M; CALLE, A; GALLAR, D. (eds.). **Procesos hacia la soberanía alimentaria**. Barcelona: Icaria: 15-32: 2013.

DÍAZ DE RADA, Vidal. **Manual de trabajo de campo en la encuesta (presencial y telefónica)**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2015.

ESCOBAR-PÉREZ, Jazmine; CUERVO-MARTÍNEZ, Ángela. "Validez de contenido y juicio de expertos: una aproximación a su utilización". *Avances en Medición*, 6: 27-36, 2008.

FAO. **El estado mundial de la agricultura. Cambio Climático, agricultura y seguridad alimentaria**. Roma: FAO, 2016.

FAO. **Los 10 elementos de la Agroecología. Guía para la transición hacia sistemas alimentarios y agrícolas sostenibles**. Roma: FAO, 2018.

FERNÁNDEZ-DURÁN, Ramón; GONZÁLEZ-REYES, Luís. **En la espiral de la energía. Volumen I: Historia de la humanidad desde el papel de la energía (pero no solo)**. Madrid: Libros en Acción, 2014.

FERNÁNDEZ-PRIETO, Lourenzo; QUIROGA, Fran (Coord.). **Revoltando á terra. Reiventando o rural.** Santiago de Compostela: Bolanda, 2018.

GALLAR, David; VARA, Isabel. (Coord.). **Alimentando Córdoba. Diagnóstico del sistema agroalimentario local y proceso (más allá) del Pacto de Milán**. Córdoba: AISEC, 2017.

GREENWOOD, Davydd J. "De la observación a la investigación-acción participativa: una visión crítica de las prácticas antropológicas", *Revista de Antropología Social*, 9: 27-49, 2000.

GUIMARÃES, Mauro. "Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual". *Revista Margens Interdisciplinar*, 7(9): 11-22, maio/2016.

HERREROS, Tomás, "Entender los movimientos sociales desde otras miradas". *In*: HERAS, Pilar (Coord.). **La acción política desde la comunidad**. Barcelona: Graó: 97-124, 2008.

HOLT-GIMENEZ, Eric; PATEL, Raj; SHATTUCK, Annie. **Food Rebellions: Crisis and the Hunger for Justice**. Oakland, California: Food First Books, 2009.

IPCC, 2014. Resumen para responsables de políticas. *In*: EDENHOFER, O. et al. (Eds.). **Cambio Climático 2014: Mitigación del cambio climático**. Cambridge y Nueva York: Cambridge University Press, 2014.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración**. Barcelona: Icaria, 2005.

NAOUFAL, Nayla; AUZOU, Eva; SAUVÉ, Lucie. (Dir.). **Éducation relative à la santé environnementale: Fondements et pratiques liés à la problématique de l'alimentation en contexte d'éducation populaire et communautaire**. Montreal: Les Publications ERE-UQAM, 2011.

ORELLANA, Isabel; SAUVÉ, Lucie; MARLEAU, Marie-Eve.; LABRAÑA, Rolando "La recherche critique en education relative à l'environnement au sien du mouvement de résistance sociale face au projet minier Pascua Lama". *Éducation relative à l'environnement*, 7: 23-47, 2008.

PATEL, Raj. **Obesos y famélicos. El impacto de la globalización en el sistema alimentario mundial**. Barcelona: Los Libros del Lince, 2008.

PEDROSA, Ignacio; SUÁREZ-ÁLVAREZ, Javier; GARCÍA-CUETO, Eduardo "Evidencias sobre la validez de contenido: avances teóricos y métodos para su estimación". *Acción Psicológica*, 10(2): 3-20, junho/2014.

PORTUGAL, Simone; CORRÊA, Fernanda; ANDRADE, Maria Henriqueta; ROSÁRIO, Nádia; SORRENTINO, Marcos. "Educação Ambiental e agroecologia: um diálogo necessário". *In*: SORRENTINO, M; ANDRADE, M.H; PORTUGAL, S; CORRÊA, F; FALCÃO, R. (org.). **Educação, Agroecologia e Bem Viver. Transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba: MH-Ambiente Natural: 193-205, 2017.

PRATS, Fernando; HERRERO, Yayo; TÓRREGO, Alicia (Coord.). **La gran encrucijada. Sobre la crisis ecosocial y el cambio de ciclo histórico.** Madrid: Libros em Acción, 2017.

RÍOS, Raul (2014), "Os circuitos curtos de comércio de alimentos na Galiza atual: na procura de alternativas ao oligopólio da distribuiçom". *Icede Working Paper Series*. Santiago de Compostela, 10: 1-27, Decembro/2014.

RSA. ***Our Future in the Land***. Londres: RSA. 2019.

SEVILLA, Eduardo.; SOLER, Marta. "Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma". *Documentación Social*, 155: 25-41, 2009.

SEVILLA, Eduardo.; SOLER, Marta; GALLAR, David; VARA, Isabel; CALLE, Ángel. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía.** Sevilla: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, 2012.

SIMÓN, Xavier; COPENA, Damián; RODRÍGUEZ, Lucía. Construyendo alternativas agroecológicas al sistema agroealimentario global: acción y reacción en el Estado español. *Revista de Economía Crítica*, 10: 138-175, 2010.

VICENTE-ALMAZÁN, Lola; HERRERA, Mónica; ESCOBAR, Michele. **Sistemas alimentarios territorializados en España 100 iniciativas locales para una alimentación responsable y sostenible**. Valencia: CERAI – Carasso, 2019.